

PARECER SOBRE O DOCUMENTO PRELIMINAR DE HISTÓRIA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Marcelo de Souza Magalhães

Professor do Departamento de História da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense

Considerações iniciais

Registro a importância e a relevância de se construir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por parte do Ministério da Educação. Não tenho por intenção discutir a necessidade de formular ou não uma base nacional curricular no Brasil. Concordo com o argumento de que sua existência se encontra em parte definida na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2014. Reconheço as divergências de instituições e profissionais da Educação acerca da necessidade de um currículo nacional, no entanto, quero apenas afirmar que acho importante para o aperfeiçoamento do sistema educacional brasileiro, em termos de conquista de qualidade como um todo, a existência de uma base nacional.

Reconheço que não é fácil construir um currículo em qualquer esfera – nacional, estadual ou municipal. É difícil constituir a equipe responsável pela formulação da proposta, decidir o caminho a ser seguido, o que selecionar para entrar no currículo, agradar, no sentido de obter consenso mínimo, todos os atores que serão afetados pelo currículo, tais como professores da Educação Básica, professores do Ensino Superior, alunos, familiares dos alunos, autores de materiais escolares e governos. Dito isso, passo a algumas considerações sobre o documento preliminar, esperando poder contribuir, de forma crítica e reflexiva, na sua elaboração a partir do meu lugar de fala como pesquisador do ensino de história e da história do Brasil e professor universitário, tendo atuado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro por 10 anos e que, desde 2010, atua na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro na formação de professores e pesquisadores de História.

Inicialmente, observo que uma característica estrutural da Base Nacional Comum Curricular é a apresentação dos componentes curriculares da Educação Básica por meio de objetivos de aprendizagem por ano de escolarização. Logo, nos componentes curriculares há uma série de objetivos de aprendizagem, todos escritos em poucas linhas, listados desde o 1º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio. Nesse longo percurso, os alunos passam por três etapas no processo de

escolarização: os anos iniciais do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano), os anos finais do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano) e o Ensino Médio.

A forma como os objetivos são apresentados, por série, em poucas linhas e com códigos que ajudam a identificá-los é uma novidade no formato dos currículos brasileiros, assemelhando-se a descritores, úteis para a construção de avaliações dos sistemas de ensino presentes na Educação Básica.

A proposta da BNCC apresenta formato diferente daquele resultante das discussões sobre a formulação de currículos desde o final da década de 1990, marcado pela necessidade de organizar cada componente curricular em torno das habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos alunos na medida em que se progride no conhecimento de uma determinada disciplina, devido ao avanço nos anos de escolarização. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) são um exemplo dessas discussões, que, no caso da disciplina escolar história, mas não somente, deram mais importância à tentativa de definir as habilidades e competências da área de conhecimento do que aos conteúdos ensinados/aprendidos na escola. À época, a novidade da estruturação em torno de habilidades e competências – que sofreu muitas críticas – e a inexistência de uma formulação dos conteúdos a serem ensinados, talvez tenham contribuído para a pouquíssima recepção dos PCNEM entre os professores da Educação Básica.

Formular o componente curricular por meio de objetivos de aprendizagem por ano de escolarização é uma opção da versão preliminar da BNCC, que reforça a característica de objetivos/descriptores. No meu entendimento, a apresentação por série reduz, em parte, a autonomia do professor – pelo fato de listar ano a ano os objetivos que devem ser alcançados – e dificulta a construção, ao menos no componente curricular História, de uma progressão do conhecimento, bem como da avaliação dessa progressão.

Para o uso do professor em seu planejamento escolar, acredito que seja mais eficaz a formulação de objetivos de aprendizagem para as três etapas de escolarização do que a listagem de objetivos por ano, o que permite uma maior autonomia dos sistemas escolares de acordo com a diversidade do país, sem deixar de estabelecer uma base curricular comum, capaz de servir como princípio para a avaliação da Educação Básica no decorrer dos anos.

O principal mérito do documento preliminar do componente curricular História da BNCC é abrir um tempo escolar mais significativo para o estudo das sociedades indígenas, da História da África e dos afro-brasileiros, da História da América e da História da Ásia. Não há como negar que existe uma sub-representação dessas histórias em grande parte dos currículos e materiais didáticos produzidos no Brasil. O tratamento mais equânime das histórias de diversos continentes fará com que os alunos brasileiros tenham contato com uma maior diversidade de sujeitos coletivos. Na contemporaneidade, marcada por uma aceleração significativa nos processos de comunicação, vide a Internet, é extremamente importante o movimento em prol da

diversidade de histórias. Isso, em absoluto, significa renegar a importância da História da Europa para a compreensão do homem moderno. Por consequência, para o entendimento da modernidade é preciso compreender em largos traços o período medieval, assim como é necessário compreender a Antiguidade, na sua especificidade e nos seus usos pelos modernos em uma querela secular.

Considero que a polêmica em torno da ênfase em História do Brasil presente no documento preliminar do componente curricular História da BNCC, que envolveu intelectuais e jornalistas, podendo, em parte, ser acompanhada pelas publicações em jornais e em páginas da Internet, foi produtiva, no sentido de atrair uma variedade de historiadores para o debate acerca do ensino de História na Educação Básica. Diga-se de passagem, até então, debate considerado por muitos de menor interesse, nada equiparável à importância das pesquisas em suas áreas específicas de conhecimento.

Acredito que, em parte, a reação de certos historiadores tenha ocorrido em defesa de áreas específicas do conhecimento histórico, o que considero legítimo. Porém, outro argumento utilizado foi o de que a ênfase em História do Brasil, do que é próximo ao aluno, submete outras histórias à história nacional, eclipsando a diversidade de histórias que, não necessariamente, se relacionam com a do Brasil e que nem por isso deixam de ter importância para a compreensão do mundo contemporâneo.

Com ou sem polêmica, caso a equipe formuladora do documento de História da BNCC pretenda manter a opção pela ênfase em História do Brasil, creio ser necessário construir uma melhor justificativa e organizar, de forma mais consistente, os objetivos de aprendizagem pelos anos de escolarização. Tenho dúvidas se o melhor caminho é estruturar o currículo com tal ênfase. Lançar foco sobre a História do Brasil não pode servir como justificativa para construir uma narrativa histórica escolar menos eurocêntrica e mais plural. Corre-se o risco de submeter outras histórias, de outros lugares do mundo, aos ditames do nacional. Entendo que a ampliação de foco ocorre de fato com o tratamento de forma mais equânime das histórias de diversos continentes ao invés de privilegiar uma história nacional. No entanto, considero plenamente possível formular uma proposta que consiga equilibrar a ênfase na História do Brasil e a diversidade de histórias e períodos.

1. Sobre o conteúdo dos textos de apresentação da Área de Ciências Humanas e do Componente História

1.1. Tratamento do componente História no texto que apresenta a área de Ciências Humanas

Considero que o texto de apresentação da área de Ciências Humanas no documento preliminar da BNCC é adequado. Faz-se uma reflexão sobre o papel das Ciências Humanas na Educação Básica brasileira, por meio, por exemplo, da apresentação dos objetivos gerais da área e dos vínculos entre os componentes curriculares História, Geografia, Filosofia e Sociologia, os dois últimos presentes apenas no Ensino Médio. O Ensino Religioso foi agregado à área de Ciências Humanas, com justificativa pertinente.

Além da apresentação geral da área, o texto divide-se em cinco itens: *Objetivos gerais da área de Ciências Humanas na Educação Básica; A área de Ciências Humanas no Ensino Fundamental; Objetivos gerais da área de Ciências Humanas no Ensino Fundamental; A área de Ciências Humanas no Ensino Médio; Objetivos gerais da área de Ciências Humanas no Ensino Médio.* O texto de cada item é objetivo, de fácil leitura e bem construído, o que facilita a compreensão da organização da área no documento preliminar da BNCC.

O tratamento dado ao componente curricular História no texto de apresentação da área de Ciências Humanas é similar ao recebido pelos demais componentes. Nenhum dos componentes possui um tratamento particular no texto de apresentação da área. Os componentes curriculares aparecem quase sempre na ação de demonstrar possibilidades de diálogos entre os mesmos, o que faz com que se constitua uma área de fato. A busca de uma relação mais horizontal entre os componentes curriculares, pensando no diálogo, na interdisciplinaridade, está presente no documento de apresentação da área. No entanto, a análise dos componentes curriculares, com seus objetivos de aprendizagem, mostra que ainda é frágil o diálogo entre História, Geografia, Filosofia e Sociologia no documento preliminar da BNCC.

Os objetivos gerais da área de Ciências Humanas para a Educação Básica contemplam, de forma adequada e pertinente, o componente curricular História. Considero positiva a formulação de um número pequeno de objetivos para a área de Ciências Humanas tanto para a Educação Básica, como para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Poucos objetivos contribuem para uma melhor compreensão do papel da área na Educação Básica.

1.2. Apresentação do componente curricular História

O texto de apresentação do componente curricular História precisa ser menos sintético e ganhar em densidade. Por exemplo, caso a equipe de História decida manter a organização do currículo com ênfase em História do Brasil, é preciso argumentar mais fortemente sobre o porquê da escolha, que implica, ao menos, em explicar a vantagem de adotar tal ênfase.

Não considero convincentes os quatro fundamentos apresentados para justificar a opção pela ênfase em História do Brasil. O primeiro fundamento é de que se trata de

um saber significativo para os alunos. Formula-se o princípio de que conhecer a trajetória histórica brasileira é conhecer a própria trajetória. Tenho dúvidas sobre esse princípio. Como definir o que é significativo para os alunos? O que está mais próximo espacial e temporalmente? O que é mais familiar? Na contemporaneidade, o próximo não diz mais respeito à distância física e temporal, ainda mais levando-se em consideração a velocidade de comunicação promovida pela Internet. O próximo para um aluno pode estar relacionado às referências à Antiguidade presentes em um jogo de videogame, por exemplo. Além disso, é preciso desconfiar da relação entre supostas “trajetórias”, a do país e a do indivíduo.

O segundo fundamento é “o reconhecimento de que o saber histórico deve fomentar a curiosidade científica e a familiarização com outras formas de raciocínio, a partir do acesso a processos e a problemas relacionados à constituição e à conformação do Brasil, como país e como nação”. Tenho dúvidas quanto à relação da história na escola e a questão da nação, princípio que justifica a presença da história na escola desde o século XIX. Hoje, a escrita da história, ao menos aquela praticada pela historiografia brasileira, encontra-se distante da história/memória da nação.

O terceiro fundamento é o acesso às fontes, aos monumentos e ao conhecimento historiográfico. O pressuposto é de que existe maior facilidade de acessar fontes e monumentos relativos à História do Brasil. Tal argumento não se sustenta pelo fato de termos, cada vez mais, acesso a acervos e museus internacionais por meio da Internet. Do mesmo modo, temos fácil acesso à produção historiográfica produzida em outros países e, embora tenhamos um rico universo de fontes sobre o Brasil dentro e fora do seu território, não se pode ignorar que há sérios problemas na preservação e acesso a documentos em nosso próprio país, o que representa um desafio para todos os profissionais envolvidos com a pesquisa e o ensino da disciplina História.

O quarto fundamento é o único com o qual concordo: “a consideração de que a História do Brasil deve ser compreendida a partir de perspectivas locais, regionais, nacional e global e para a construção e para a manutenção de uma sociedade democrática”.

Outro investimento que precisa ser feito é o de explicar o significado dos seguintes termos/conceitos: sujeito, grupo social, comunidade, lugar de vivência, mundo e processo histórico. Esses termos aparecem nos títulos dos enfoques predominantes dos anos escolares. Sem a definição dos termos, os títulos mais complicam do que ajudam a compreender a maneira como a equipe de História estruturou os objetivos de aprendizagem presentes na Educação Básica.

Considerações substantivas sobre a opção por apresentar os objetivos de aprendizagem divididos em quatro eixos – *Procedimentos de pesquisa; Representações do tempo; Categorias, noções e conceitos; Dimensão político-cidadã* – estão no item 2.1 do parecer.

2. Sobre os objetivos de aprendizagem propostos para as diferentes etapas da Educação Básica

2.1. Sobre a organização dos objetivos de aprendizagem em eixos

Os objetivos de aprendizagem no documento preliminar de História da BNCC foram formulados levando-se em consideração a distinção de quatro eixos: *Procedimentos de pesquisa; Representações do tempo; Categorias, conceitos e noções; Dimensões político-cidadãs*. Observo que tal distinção corresponde a uma opção da equipe responsável pela formulação do documento de História. Nos documentos preliminares das demais disciplinas da área de Ciências Humanas optou-se por outras formas de organizar os objetivos de aprendizagem. Logo, não existe um modelo comum de organização dos objetivos na BNCC.

No componente curricular Geografia, por exemplo, optou-se por organizar os objetivos a cada ano por meio de quatro dimensões: *O sujeito e o mundo; O lugar e o mundo; As linguagens e o mundo; As responsabilidades e o mundo*. Essa organização, diferente da que existe em História, torna os objetivos menos repetitivos e, no meu entender, mais diretos e de fácil compreensão. Para reforçar que se trata de uma opção, lembro que no caso dos componentes curriculares Sociologia e Filosofia, que só existem no Ensino Médio, os objetivos estão formulados sem qualquer distinção de eixos ou dimensões. Há apenas uma espécie de título/assunto abordado a cada ano e uma lista de objetivos, que, em ambos os componentes curriculares, são em número bem restrito, o que acredito facilitar bastante o planejamento das aulas feitas pelos professores nas escolas.

A organização dos objetivos de aprendizagem em quatro eixos, presentes em todos os anos da Educação Básica, apresenta sintonia com a perspectiva de que o ensino de história na escola deve ter como foco principal a maneira de se construir o conhecimento histórico. Evidentemente, isso não implica em adotar a perspectiva de que os alunos nas escolas são pequenos historiadores, que devem saber manejar todas as etapas da *operação historiográfica*, lembrando termo caro a Michel de Certeau. No documento preliminar, compreender história mais como conhecimento e menos como memorização de datas e fatos leva à formulação de uma proposta curricular em que os alunos são agentes construtores de conhecimento, por meio, por exemplo, da realização da crítica documental, um dos princípios básicos da análise feita pelo historiador. Essa perspectiva curricular da disciplina escolar história não é uma novidade da BNCC, estando presente em diversos currículos estaduais e municipais formulados desde os anos de 1980 e nas versões dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com diferentes formas de tratamento.

O conhecimento histórico, no documento preliminar, é compreendido como fundamental para que o aluno desenvolva uma certa forma de leitura do social, menos relacionada ao senso comum. Considero essa compreensão bastante importante e que dá todo sentido à permanência do componente curricular História no currículo escolar. História, junto com Geografia, são as disciplinas da área de Ciências Humanas presentes na vida escolar dos alunos desde o 1º ano do Ensino Fundamental, o que mostra a importância de ambas para a compreensão das dimensões política, econômica, social e cultural da vida.

Acredito que ter como foco a construção do conhecimento histórico levou a equipe formuladora do documento preliminar a enfatizar procedimentos de pesquisa e a valorizar categorias, conceitos e noções. Apesar de concordar com a importância de ter como pilar estruturador a construção do conhecimento histórico na formulação do currículo, a opção por apresentar os objetivos considerando a distinção dos quatro eixos, no meu entender, mais complica do que ajuda. Por que? Primeiramente, existem muitas repetições de objetivos de aprendizagem nos anos da Educação Básica, em especial, no que tange aos objetivos do eixo *Procedimentos de pesquisa*. Procedimentos que são quase sempre relativos a três ações: identificar, coletar e organizar documentação; analisar a documentação selecionada; e, por fim, apresentar/comunicar os resultados da pesquisa. As repetições tornam o documento confuso, dificultam a percepção da progressão por ano e aumentam muito o número de objetivos, o que poderá dificultar o planejamento dos professores nas escolas. Além disso, existem objetivos de aprendizagem que não se encaixam ao eixo em que se encontram. Por exemplo, muitos objetivos do eixo *Categorias, noções e conceitos* são apenas conteúdos listados, totalmente deslocados do eixo organizador – “CHHI8FOA107 Reconhecer a expansão ultramarina como parte da reformulação das ideias proporcionada pelo Renascimento europeu, por meio do estudo das inflexões ocorridas no campo das Artes e da Ciência”. A leitura do objetivo não deixa claro a que categoria, noção ou conceito se refere. O mesmo acontece com o eixo *Representações do tempo*, que possui objetivos que não levam necessariamente a uma reflexão acerca da categoria tempo. No 7º ano do Ensino Fundamental, o único objetivo referente ao eixo *Representações do tempo* é um bom exemplo da falta de relação com a categoria tempo – “CHHI7FOA081 Reconhecer o protagonismo de sujeitos e de grupos históricos no processo de formação do povo brasileiro, em eventos como a Conquista (XVI), os deslocamentos forçados de africanos (XVII-XIX), a migração de europeus e asiáticos (XIX-XX) e migrações internas (XIX-XXI)”. Nesse objetivo, ao invés da categoria tempo, o foco é na compreensão da atuação de sujeitos sociais, entendidos como coletividades.

2.2. Sobre a adequação e pertinência dos conhecimentos e objetivos de aprendizagem

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

1º ao 5º ANO/EF

Diferente das demais etapas de ensino – anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio –, pelo fato de não ser um especialista em educação para as séries iniciais, optei por registrar apenas alguns comentários pontuais sobre os objetivos de aprendizagem. De forma geral, considero os conhecimentos e objetivos de aprendizagem dos anos iniciais do Ensino Fundamental adequados e pertinentes. O comentário mais substantivo sobre a forma de organização dessa etapa de ensino está no item 2.3 do parecer.

COMENTÁRIOS SOBRE ALGUNS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DO 2º ANO

CÓDIGOS	OBSERVAÇÕES
CHH12FOA015	Considero o objetivo impreciso. O que se entende por “organizações sociais” e “comunidades”?

COMENTÁRIOS SOBRE ALGUNS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DO 5º ANO

CÓDIGOS	OBSERVAÇÕES
CHH15FOA049	Objetivo relaciona origens do grupo familiar do aluno com as dos grupos que constituíram o povo brasileiro. A ideia de matrizes de formação do povo brasileiro estará mais presente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Existe o risco de naturalizar tais matrizes por meio da busca das origens, identificando o povo brasileiro como constituído por uma mistura étnica indígena, africana, afro-brasileira, europeia e asiática.
CHH15FOA058	Observação idêntica a feita para o objetivo CHH15FOA049.

ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

6º ANO/EF

O 6º ano do Ensino Fundamental tem como enfoque *Representações, sentidos e significados do tempo histórico*, ou seja, a discussão sobre o tempo histórico estrutura

o que será ensinado e aprendido no primeiro ano em que o aluno entra em contato com o professor formado em História. Ao observar os dezesseis objetivos de aprendizagem do 6º ano, percebe-se o enfoque em duas temporalidades predominantes: a América Pré-Colonial (astecas, maias, povos indígenas que habitavam o que seria, posteriormente, o território do Brasil) e a América Colonial, com ênfase na colonização portuguesa. No entanto, faz-se referência ao Egito Antigo e a Pré-História, por meio da reflexão sobre a história da humanidade antes do aparecimento da escrita e das versões acerca das rotas percorridas pelos homens para a América. Tais referências ficam deslocadas, sem relação com as temporalidades predominantes no 6º ano. Por fim, no eixo *Dimensão política-cidadã*, propõe-se a discussão da cidadania compreendida pela via dos direitos, com foco no Brasil contemporâneo. A discussão da cidadania está totalmente dissociada dos demais objetivos de aprendizagem presentes no 6º ano.

COMENTÁRIOS SOBRE ALGUNS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DO 6º ANO

CÓDIGOS	OBSERVAÇÕES
CHHI6FOA072	O professor terá dificuldade de realizar um objetivo tão amplo, que propõe “Identificar e discutir características, pessoas, ideias e acontecimentos relativos a (...) Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea”. Como dar conta desse objetivo?
CHHI6FOA073	Objetivo muito amplo, de difícil efetivação por parte do professor na escola.
CHHI6FOA074	Objetivo muito amplo, que enfoca a organização política do Brasil em diferentes temporalidades, até hoje. Não imagino trabalhar em um ano temporalidades tão diferenciadas. Além da simplificação, corre-se o risco de naturalizar a existência do Brasil, entendido como uma rota para a construção da independência e, por consequência, da nação.

7º ANO/EF

O 7º ano do Ensino Fundamental tem como enfoque *Processos e sujeitos*. Sinto falta de uma definição do que se entende por processo e sujeito histórico. Por exemplo, em um dos objetivos de aprendizagem *sujeitos* e *grupos* históricos são apresentados como elementos diferenciados, o que talvez sinalize para o fato de que sujeitos podem não ser coletivos. Quanto à temporalidade, o 7º ano mantém o foco na América portuguesa e amplia para o Brasil Imperial, apenas no que tange à discussão sobre a questão da escravidão. Logo, continua, sobretudo, a propor objetivos de aprendizagem que abordam os séculos XVI, XVII e XVIII, incorporando, de forma breve, o XIX. A formação do povo brasileiro é o grande eixo que estrutura o 7º ano, constituído por diferentes matrizes étnicas. Corre-se o risco de naturalizar a categoria “povo brasileiro”

e reafirmar a ideia de que o Brasil é constituído por uma mistura étnica, é um cadinho e serve de exemplo para o mundo, presente em parte da produção bibliográfica denominada como pensamento social brasileiro. Além disso, identificar origens nos séculos XVI, XVII e XVIII do “povo brasileiro” é, sem dúvida, um anacronismo e um exercício teleológico que deveria ser evitado.

COMENTÁRIOS SOBRE ALGUNS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DO 7º ANO

CÓDIGOS	OBSERVAÇÕES
CHHI7FOA078	Objetivo quase idêntico ao CHHI6FOA062, com o acréscimo do trecho: “selecionando informações considerando o contexto de sua produção”.
CHHI7FOA079	Neste objetivo de aprendizagem, como em outros do 7º ano do Ensino Fundamental, há o risco de tomar a categoria “povo brasileiro” como um pressuposto, como um dado natural.
CHHI7FOA080	No objetivo identifica-se o processo de formação do “povo brasileiro” do século XVI ao XXI. Além de se tratar de ampla temporalidade, corre-se o risco de naturalização da categoria, sendo o “povo brasileiro” compreendido a partir de suas matrizes étnicas. Um outro problema é incorrer em teleologia ou em anacronismo, ao abordar os séculos XVI, XVII e XVIII – antes da independência – como lugar de formação do “povo brasileiro”, que, no meu entender, se encontra fundamentalmente vinculado ao enfrentamento da questão da nação.
CHHI7OA081	Não percebo a relação que o objetivo tem com o eixo <i>Representações do tempo</i> . Falta definir melhor o que se entende por <i>sujeitos</i> e a diferença em relação a <i>grupos</i> históricos. Mais uma vez, considero que o objetivo naturaliza a categoria “povo brasileiro”, sendo evidente a chave de formação fundamentada em matrizes étnicas indígenas, africanas, europeias e asiáticas. Corre-se o risco de reforçar a ideia de que o “povo brasileiro” é um cadinho, formado por uma grande mistura étnica.
CHHI7OA085	A abordagem da história econômica e política por meio de ciclos pode ser considerada ultrapassada na historiografia brasileira (ciclo do açúcar, ciclo do ouro, ciclo do café). Abordagem que não dá conta da complexidade econômica, política, social e cultural dos contextos a que procura retratar.
CHHI7FOA084 CHHI7FOA086 CHHI7FOA087 CHHI7FOA088 CHHI7FOA089	Estes objetivos de aprendizagem abordam a escravidão – indígena e africana – do século XVI ao XIX. Os assuntos são variados: escravidão de africanos e indígenas no Estado do Grão-Pará e Maranhão; significados e representações da escravidão no espaço urbano; resistência à escravidão; movimento abolicionista. O foco é considerar os sujeitos envolvidos com a escravidão ao longo do tempo. É difícil o professor na escola dar conta em apenas um ano de diferentes processos em uma amplíssima temporalidade, sem incorrer em grandes simplificações.

CHHI7FOA090	Objetivo de aprendizagem deslocado temporalmente do foco principal do 7º ano (período colonial e império). Os recuos e avanços na temporalidade, sem que estejam bem planejados, poderão dificultar bastante o trabalho do professor na escola.
CHHI7FOA091	Objetivo muito amplo, de difícil efetivação por parte do professor na escola.
CHHI7FOA093	Objetivo muito amplo, de difícil efetivação por parte do professor na escola.

8º ANO/EF

O 8º ano do Ensino Fundamental tem como enfoque *Analisando processos históricos*, o mesmo do 9º ano. Considero problemático repetir o título nos dois últimos anos do Ensino Fundamental. Na verdade, indicar que o foco é na análise de processos históricos é quase abrir mão de construir um eixo articulador para cada ano. A pergunta que surge é: o que não é processo histórico? Os objetivos de aprendizagem espelham um pouco o que identifiquei como falta de articulação, parecem partes de uma colcha de retalhos. Sobre a ênfase em certa temporalidade, o 8º ano continua a abordar, sobretudo, o período colonial, o que sinaliza a falta de uma boa distribuição dos períodos históricos ao longo dos anos finais do Ensino Fundamental. Exemplos: Portugal às vésperas da Conquista (CHHI8FOA099); África às vésperas da Conquista (CHHI8FOA100); povos indígenas da América portuguesa ao tempo da Conquista (CHHI8FOA101); colonização portuguesa na América (CHHI8FOA102 / CHHI8FOA110); Conquista da América como parte da expansão ultramarina (CHHI8FOA106). Além disso, surgem diversas referências aos períodos Moderno e Contemporâneo: Renascimento europeu (CHHI8FOA106); Revolução Francesa como forma de compreender melhor os processos de independência na América (CHHI8FOA111); diferenças e semelhanças entre as independências da América portuguesa e espanhola (CHHI8FOA112); liberalismo no Brasil, buscando conexões com o pensamento liberal expresso na Revolução Gloriosa e na Revolução Francesa (CHHI8FOA114 / CHHI8FOA115); comércio atlântico e tráfico de escravos para o Brasil (CHHI8FOA116). Mais uma vez, o limite da temporalidade é o Brasil Império, em particular, o tema da escravidão. Como última observação, os eixos *Representações do tempo* e *Categorias, noções e conceitos*, no 8º ano, apresentam muito mais uma lista de conteúdos que servem como exemplos do que se deve ensinar. Os verbos mais utilizados nesses objetivos são: conhecer, compreender e reconhecer, que demandam pouco da ação dos alunos.

COMENTÁRIOS SOBRE ALGUNS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DO 8º ANO

CÓDIGOS	OBSERVAÇÕES
CHHI8FOA095	Objetivo idêntico ao CHHI7FOA078 e próximo ao CHHI6FOA062.

CHHI8FOA098	Reconhecer que os textos/documentos são formulações interessadas deveria estar presente no 6º ano do Ensino Fundamental, considero que trabalhar tal objetivo no 8º ano é muito tardio e dificulta a progressão do conhecimento, bem como sua avaliação.
CHHI8FOA102	No objetivo opta-se por uma corrente historiográfica sobre a América portuguesa construída a partir da análise das relações entre colônia e metrópole. Importante ressaltar que, sem negar tais relações, existe outra corrente que aborda a América portuguesa pela via do pertencimento ao Antigo Regime, em que todos são súditos do rei e existem diferentes formas de presença do Império português. A atualização dos conteúdos é fundamental para a construção do conhecimento, para a produção de materiais didáticos, para a formação do professor, para a história ensinada na escola e para as tarefas de avaliação e é preciso incluí-la, em alguma medida, no currículo único.
CHHI8FOA103	Estender o processo de Independência do Brasil do início a meados do século XIX é formular um objetivo comprometido com certa corrente historiográfica, que atribui peso significativo à transferência da Corte para o Brasil. Outra corrente historiográfica prefere reafirmar os embates políticos da década de 1820. Caberia indicar as distintas formas de compreender e explicar os processos históricos quando possível.
CHHI8FOA114	O estudo do pensamento liberal expresso na Revolução Gloriosa e na Revolução Francesa não permite construir conexões diretas com uma suposta incorporação desse pensamento no Brasil.
CHHI8FOA115	Precisa-se ter cuidado para que esse objetivo não seja compreendido como “ideias fora do lugar”. A historiografia brasileira demonstrou não existir grande contradição entre liberalismo e escravidão no Brasil Império.
CHHI8FOA119	Único objetivo dedicado à História das mulheres na BNCC, o que considero insatisfatório. Além disso, o objetivo é tão amplo temporalmente que, certamente, será difícil o professor trabalhar na escola – “a partir da consideração da condição feminina no Brasil do século XIX e em outros espaços e a sua condição na contemporaneidade”. Falta, na BNCC, o trabalho com a perspectiva de gênero, para o quê o conhecimento histórico tem muito a contribuir.

9º ANO/EF

A crítica feita sobre o enfoque do 8º ano mantém-se para o 9º ano do Ensino Fundamental. O século XX é tratado de forma muito condensada, o que aumenta ainda

mais a impressão de que os objetivos de aprendizagem parecem partes de uma colcha de retalhos. O fato de dedicar muito tempo (do 6º ao 8º ano) ao período colonial e, mais brevemente, ao Império do Brasil, gera o problema de tratar de maneira muito precária o século XX, ou seja, o Brasil República e o tempo presente. Sente-se falta de eventos fundamentais para a compreensão da contemporaneidade, como, por exemplo, a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, a Crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, a Descolonização da África, a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética. Com a falta de eventos significativos, relativos ao mundo e ao Brasil, é impossível compreender a relevância de um objetivo dedicado à crise da Economia Gomífera (CHHI9FOA131). Da mesma forma que no 8º ano, o eixo *Categorias, noções e conceitos*, no 9º ano, apresenta muito mais uma lista de conteúdos que servem como exemplos do que se deve ensinar do que uma reflexão sobre conceitos. Os verbos mais utilizados nos objetivos do 9º ano são: conhecer, compreender, reconhecer e conceituar, que demandam pouco da ação dos alunos.

COMENTÁRIOS SOBRE ALGUNS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DO 9º ANO

CÓDIGOS	OBSERVAÇÕES
CHHI9FOA124 CHHI9FOA125	Os objetivos não são procedimentos de pesquisa. Estão inseridos no eixo errado.
CHHI9FOA126	Objetivo quase idêntico ao CHHI8FOA098, com a mesma imprecisão.
CHHI9FOA127 CHHI9FOA128 CHHI9FOA129 CHHI9FOA130	Os objetivos referentes ao eixo <i>Representações do tempo</i> trabalham fundamentalmente com a ideia de que o século XX é de grande transformação, fazendo uso das seguintes palavras: aceleração, intensificação, reordenação e reformulação. Sinto falta de diferentes percepções de tempo, que caminhem, inclusive, na contramão do consenso das grandes transformações.
CHHI9FOA135	Sabemos que as denominações de períodos históricos são marcadas por disputas políticas, não são neutras. Estranho que, no mesmo objetivo, o fim da Primeira República seja qualificado como Golpe de Estado de 1930 e o movimento de 1932 em São Paulo como Revolução Constitucionalista. Além disso, estranho a opção por denominar o período de 1889 a 1930 como República Velha, termo recorrentemente utilizado pelos homens do Estado Novo para identificar a “política velha”. Ao invés de se optar por uma denominação, deveria existir objetivos que as problematisassem. Por exemplo, existe uma longa discussão na historiografia brasileira sobre denominar ou não o fim da Primeira República como revolução. Existe um erro no objetivo, não é possível compreender o “Golpe de Estado de 1930” por meio do estudo da Revolução Constitucionalista de 1932, ocorrida posteriormente.
CHHI9FOA136	O Teatro Experimental do Negro, de 1944, está distante da conjuntura dos anos 1920 e 1930, que permitem compreender a

	atuação política de setores médios urbanos e as políticas culturais do Estado Novo.
CHHI9FOA137	O mesmo problema de naturalização de denominação de período histórico, encontrado no objetivo CHHI9FOA135. Existe uma ampla discussão historiográfica sobre como denominar o ocorrido em 1964 no Brasil, por exemplo, a disputa entre a denominação de golpe militar ou golpe civil-militar. Fora isso, existe a memória perdedora de certos militares, que compreendem o evento como revolução. A discussão sobre as denominações de um mesmo evento e/ou período podem ser muito úteis para introduzir distintas abordagens da história, para explicitar os procedimentos da investigação e da construção de significados para distintos agentes, o que fundamenta um objetivo valioso: aprender a pensar historicamente.
CHHI9FOA142 CHHI9FOA144	Objetivos muito semelhantes sobre a ampliação da cidadania no Brasil contemporâneo poderiam ser unidos.

ENSINO MÉDIO

1º ANO/EM

O 1º ano do Ensino Médio tem como enfoque *Mundos ameríndios, africanos e afro-brasileiros*. Na BNCC não há um esforço de definir o que se entende pela categoria mundo, o que considero problemático, pelo fato de estar nos títulos atribuídos aos enfoques de todos os anos do Ensino Médio.

Considero importante abrir um espaço maior para o estudo das sociedades indígenas, da História da África e dos afro-brasileiros no ensino de História na escola brasileira. Nos currículos e livros didáticos atuais, apesar dos avanços promovidos, por exemplo, pelo processo de avaliação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), ainda existe uma clara sub-representação desses sujeitos coletivos, assim como as mulheres e outros grupos definidos a partir das relações de gênero estão sub-representados. No entanto, no componente curricular de História da BNCC, receio que se naturalize tais sujeitos coletivos, ao se delinear as matrizes étnicas de formação da sociedade brasileira. O título *Mundos ameríndios, africanos e afro-brasileiros* apresenta uma ambiguidade que pode ser perigosa. Ao mesmo tempo, ele comporta pluralidade e unidade. Indica existir uma pluralidade de mundos ameríndios, africanos e afro-brasileiros; do mesmo modo, vários objetivos de aprendizagem referem-se a matrizes. Apesar da diversidade das sociedades indígenas, no componente curricular História, tem-se a impressão de que existe a unidade/matriz étnica-cultural ameríndia. O mesmo ocorre com os africanos e os afro-brasileiros.

Similar aos objetivos dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, os objetivos de aprendizagem do 1º ano do Ensino Médio parecem partes de uma colcha de retalhos. Existem referências à História da África, da América, da “formação brasileira” em diferentes temporalidades, desde antes da expansão marítima europeia, passando pelos séculos XV e XVI até chegar ao século XXI. Imagino a dificuldade de um professor planejar suas aulas com temporalidade tão díspares presentes nos objetivos de aprendizagem.

COMENTÁRIOS SOBRE ALGUNS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DO 1º ANO DO EM

CÓDIGOS	OBSERVAÇÕES
CHHI1MOA002	Objetivo com foco nas diferentes “matrizes culturais envolvidas na formação da população brasileira”. Corre-se o risco de compreender o Brasil a partir de uma mistura étnica, com supostas origens bem definidas. Logo, entendo que é possível naturalizar culturas africanas, afro-brasileiras, ameríndias e europeias.
CHHI1MOA003	Objetivo muito amplo, de difícil efetivação por parte do professor na escola. Falta definir o que se entende por mundos. Apesar do uso da palavra no plural, dá a impressão de existir uma unidade dentro da diversidade. Considero necessário desconfiar das unidades (mundos ameríndios, mundos africanos, mundos afro-brasileiros e mundos europeus) e promover a compreensão da diversidade e dos seus usos políticos e sociais, inclusive considerando os significados da representação do povo brasileiro como unidade.
CHHI1MOA006	Objetivo muito amplo, de difícil efetivação por parte do professor na escola. O objetivo engloba populações ameríndias, imigradas e negras em ampla temporalidade, do século XIX ao XXI.
CHHI1MOA007	Mais uma vez, utilização da ideia de matriz de formação da sociedade brasileira, que pode naturalizar origens étnicas.
CHHI1MOA008	Objetivo muito amplo, que, no meu entender, corre o risco de construir unidades étnicas de acordo com o lugar de origem, remetido aos continentes. Apesar de buscar a pluralidade, o objetivo pressupõe uma unidade mínima, a das “concepções históricas e cosmológicas de povos africanos, europeus e indígenas”. O que se entende por povos? Que unidade cultural é essa de europeus, africanos e indígenas?
CHHI1MOA009	Objetivo muito amplo, de difícil efetivação por parte do professor na escola. Foco em dois continentes, o africano e o americano.
CHHI1MOA012	Objetivo com temporalidade muito longa (do século XVI ao XIX), de difícil efetivação por parte do professor na escola.
CHHI1MOA013	Objetivo que valoriza praticamente todos os sujeitos coletivos atuantes na História do Brasil – ameríndios, africanos, afro-brasileiros e imigrantes. A pergunta é: quem está fora?

2º ANO/EM

O 2º ano do Ensino Médio tem como enfoque *Mundos americanos*. Um dos pontos positivos do documento preliminar do componente curricular História da BNCC é o fato de abrir um tempo escolar significativo para a História da América, o que permitirá aos alunos das escolas brasileiras conhecerem um pouco melhor as várias histórias do continente, sempre deixadas de lado nos currículos escolares e nos livros didáticos.

O fato de ter como tema História da América gera o mesmo problema presente no 1º ano do Ensino Médio, no que se refere à articulação lógica das temporalidades. Os objetivos de aprendizagem do 2º ano abordam desde eventos históricos do século XV até o XXI, o que, no meu entender, prejudica muito o planejamento do ano escolar. A dimensão do problema pode ser percebida apenas listando alguns dos assuntos citados no documento: povos existentes em território americano antes de Colombo; experiências de colonização nas Américas; conflitos armados nas Américas no século XIX; processos de independência nas Américas; formação de fronteiras nas Américas; formação de elites nas Américas; formação dos Estados oligárquicos nas Américas; imperialismos nas Américas; processos revolucionários nas Américas; relações entre as Américas e os mundos europeus e asiáticos, como Mercosul, União Europeia, NAFTA e BRICS.

COMENTÁRIOS SOBRE ALGUNS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DO 2º ANO DO EM

CÓDIGOS	OBSERVAÇÕES
CHHI2MOA019	O objetivo não é procedimento de pesquisa. Está inserido no eixo errado.
CHHI2MOA024	Objetivo similar ao CHHI1MOA008. Sofre dos mesmos problemas que apontei nas observações do objetivo CHHI1MOA008.
CHHI2MOA021	Não percebo a relação que o objetivo tem com o eixo <i>Representações do tempo</i> .
CHHI2MOA022	Não percebo a relação que o objetivo tem com o eixo <i>Representações do tempo</i> .

3º ANO/EM

O 3º ano do Ensino Médio tem como enfoque *Mundos europeus e asiáticos*. Como nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, também é positivo a inclusão da História da Ásia no documento preliminar de História da BNCC. Na contemporaneidade, com um

grau de mundialização significativo, com comunicações intensas em tempo real, é importante que os alunos das escolas brasileiras conheçam uma diversidade maior de histórias, para além da europeia e do próprio Brasil. Por isso, considero extremamente positivo a presença mais significativa da História da África, da História da América e da História da Ásia no documento preliminar, embora ressalte uma série de problemas nas observações feitas sobre os objetivos de aprendizagem de cada ano.

No 3º ano há uma prevalência de eventos históricos dos séculos XIX, XX e XXI. Apesar da concentração na contemporaneidade, os objetivos sofrem de grande dispersão, reforçando a percepção de que se tratam de partes de uma colcha de retalhos. Isto é, mesmo com temporalidade reduzida, mantém-se a impressão de que os objetivos foram formulados sem um eixo organizador forte. Entendo que a falta de um eixo organizador poderá prejudicar o planejamento feito pelo professor na escola.

COMENTÁRIOS SOBRE ALGUNS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DO 3º ANO DO EM

CÓDIGOS	OBSERVAÇÕES
CHHI3MOA042	Objetivo similar aos CHHI1MOA008 e CHHI2MOA024. Sofre dos mesmos problemas que apontei nas observações do objetivo CHHI1MOA008.
CHHI3MOA043	Objetivo sem foco definido, impossível de ser realizado pelo professor. É preciso definir os grupos para analisar as sociabilidades.
CHHI3MOA049	Objetivo muito amplo, de difícil efetivação por parte do professor na escola.
CHHI3MOA055	Objetivo que trata a Antiguidade como legado para os povos europeus e asiáticos. Lugar complicado para a Antiguidade no currículo escolar, que é o estudo devido ao fato de ter se tornado um “patrimônio”, ou ser uma herança para a contemporaneidade.

2.3. Sobre a progressão dos objetivos de aprendizagem

Formular o componente curricular por meio de objetivos de aprendizagem por ano de escolarização é uma opção da BNCC, que reforça a característica de objetivos/descriptores. A apresentação por série, no meu entender, reduz em parte a autonomia do professor – pelo fato de listar ano a ano os objetivos que devem ser alcançados – e dificulta a construção, ao menos no componente curricular História, de uma progressão dos objetivos ao longo das etapas e entre as etapas de escolarização.

Acredito ser mais eficaz, para o uso do professor em seu planejamento escolar, ao invés de listar os objetivos por ano, a formulação de objetivos de aprendizagem pelas

três etapas de escolarização, o que permite uma maior autonomia dos sistemas escolares de acordo com a diversidade do país, sem deixar de estabelecer uma base curricular comum, capaz de servir como princípio para a avaliação da Educação Básica no decorrer dos anos. No entanto, desde que se saiba bem o que se entende por progressão escolar do conhecimento em cada área, é possível organizar os objetivos de aprendizagem por ano, partindo do menos para o mais complexo.

Em História, que é uma ciência fundamentalmente conjectural, torna-se difícil construir uma progressão do conhecimento que não caia, sobretudo, na ação de diferenciar os conteúdos factuais abordados durante os anos de escolarização. Uma reclamação sempre presente entre professores de História na Educação Básica é a significativa quantidade de conteúdos e a falta de tempo escolar para dar conta dos mesmos, que faz com que se termine o ano sem concluir o programa. É importante lembrar que, apesar de ser uma preocupação legítima dos professores que estão nas escolas, progressão de conhecimento não é estabelecer a temporalidade histórica a ser estudada a cada ano, como, por exemplo, Antiguidade no 6º ano e Idade Média no 7º ano. Progressão implica em como se aprende História de forma menos complexa até a mais complexa, de acordo com a maturidade escolar dos alunos.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o enfoque predominante a cada ano indica certa progressão do conhecimento, do mais próximo espacialmente do aluno ao mais distante: *Sujeitos e grupos sociais* (1º ano); *Grupos sociais e comunidades* (2º ano); *Comunidades e outros lugares de vivências* (3º ano); *Lugares de vivências e relações sociais* (4º ano); *Mundos brasileiros* (5º ano). À princípio, a organização da progressão por meio da espacialidade lembra o trabalho com círculos concêntricos. No entanto, não existe no documento preliminar o esforço de definir o que se entende por sujeitos, grupos sociais, comunidades, outros lugares de vivências e mundos. Qual a diferença entre tais termos? Percebe-se que o conceito de identidade/pertencimento organiza a etapa de ensino, mas os termos utilizados, sem qualquer definição, transformam o enfoque por ano em algo muito vago, o que se reflete nos objetivos de aprendizagem, fragilizando a progressão da aprendizagem. Por exemplo, a categoria tempo é trabalhada do 1º ao 5º ano, sobretudo, por meio do par permanência e mudança. Sente-se falta de uma proposta que aborde mais fortemente a percepção do tempo como sequência, encadeamento, períodos, simultaneidade, ritmos, medidas e duração. Embora nos 3º e 4º anos sejam trabalhadas medidas de tempo (décadas, séculos, milênio) e causalidades.

Nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, a progressão dos objetivos de aprendizagem é ainda menos perceptível, tanto no que diz respeito aos procedimentos adotados na construção do conhecimento histórico e a utilização de conceitos, noções e categorias, como na própria distribuição dos processos históricos por ano de escolarização. No último caso, processos históricos são apresentados de forma aleatória, sem algum grau mais significativo de sequenciamento, ao menos temporal, o que, no meu entender, facilitaria a construção de narrativas históricas que auxiliariam a interpretação de eventos individuais e coletivos. Na verdade, parte

significativa dos objetivos de aprendizagem arrisca-se a indicar processos históricos a serem abordados, sem, no entanto, existir no documento uma opção pela organização cronológica dos conteúdos históricos por ano de escolarização, o que torna tais objetivos desconexos. Uma outra opção, que não é a de minha preferência, é organizar os conteúdos a serem trabalhados a cada ano por meio da eleição de temas, seguindo propostas de história temática.

Por tudo o que foi dito aqui, considero que o documento necessita de uma revisão substancial capaz de tornar os objetivos mais claros e oferecer a possibilidade de lidar com conteúdos mais e menos complexos conforme cada ciclo, visando a progressão do aprendizado e sua posterior avaliação. Isso evitará que a disciplina retome aquilo que vem sendo combatido há décadas na área de História: o ensino-aprendizado de conteúdos a partir da memorização tediosa e inútil.